



Proc. Administrativo 15.407/2023

De: Ana S. - SEAD-CLC-DC-FC

Para: CGM - REP - Recepção da controladoria - A/C Letícia N.

Data: 31/10/2023 às 10:13:06

Setores envolvidos:

SEAD-CLC-DC-FC, CGM - REP, CGM-NTSE, SESAU-SADM-DC-GC

CONTRATO 575-2023 PARA INFORMAR AO SIGA E E-TCM

SEAD – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:

NÃO

ADEAP - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA E PECUÁRIA:

NÃO

AMA - AUTARQUIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO:

NÃO

ASCOM - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO:

NÃO

CGM – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

NÃO

CSTT - COMPANHIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE:

NÃO

IPJ – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE JUAZEIRO:

NÃO

PGM – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

NÃO

SAAE - SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL:

NÃO

SECULTE – SECRETARIA DE CULTURA:

NÃO

SEDES - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER E DIVERSIDADE:

NÃO

SEDUC - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:

NÃO

SEDUR – SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO:

NÃO

SEFIN – SECRETARIA DE FINANÇA:

NÃO

SEGOV – SECRETARIA DE GOVERNO:

NÃO

SEMAURB – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO URBANO:

NÃO

SESAU – SECRETARIA DE SAÚDE:

SIM

SESP – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS:

NÃO

SEFAZ – SECRETARIA DA FAZENDA:

NÃO

SEGESP – SECRETARIA GESTÃO DE PESSOAS:

NÃO

Número do Processo de Licitação*:

PE 056-2022

Número da Ata de Registro de Preço:

126-2022

Prestador*:

MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI-EPP

Número do Contrato*:

575-2023

Selecione o Tipo de Documento*:

CNPJ

CNPJ:

22968511/0001-34

Prezados,

Segue em anexo documentos digitalizados para informe ao SIGA e E-TCM.

Contrato 575-2023

PE 056-2022

—
Ana Raphaela Ramos da Silva

Auxiliar administrativo

Anexos:

ATA_126_2022_MEDICAMENTOS_E_CORRELATOS_MCS_SESAU.pdf

CONTRATO_575_2023_MCS.pdf

ESTADUAL_MCS.pdf

FEDERAL_MCS.pdf

FGTS_MCS.pdf

MUNICIPAL_MCS.pdf

NOTA_DE_EMPENHO_575_2023.pdf

PUBLICACAO_575.pdf

TRABALHISTA_MCS.pdf



Ofício (externo) 2.152/2022

De: Leoneide S. - SEAD-CLC-DC-FC

Para: MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI

Data: 09/11/2022 às 14:04:18

Setores envolvidos:

SESAU, SEAD-CLC-DC-FC

Ata 126-2022 medicamentos sesau MCS

Prezados,

Seguem em anexo documentos para assinatura. Gentileza assinar em todas as páginas e devolver.

—

Leoneide Magalhães

Setor de Contratos

Anexos:

ATA_126_2022_MEDICAMENTOS_MCS_SESAU.pdf





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº126-2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056-2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 320-2022

Aos (09) dias de Novembro, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA, localizada na Praça Barão do Rio Branco, N.º 01 - Centro, 1º andar, CEP: 48.903-400 – Juazeiro/BA, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, com o Decreto nº 7892/2013 e em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº **056/2022**, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** de Juazeiro/BA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 11.145.615/0001-22, neste ato representado por seu Secretário, **Sr. FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA DA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado MUNICÍPIO, resolve, REGISTRAR os preços dos produtos descritos ao final, oferecidos pela Empresa **MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI- EPP**, inscrita no CNPJ nº 22.968.511/0001-34, estabelecida à Rua Osvaldo Hugo Sacramento, Salvador /BA nº , CEP 40330520, representada neste ato pelo Sr. **SANDRA DOMINGUES ALMEIDA**, portador da cédula de identidade, RG nº 11.336.683-30 SSP/BA e CPF nº 789.807.807- 59 denominada DETENTORA:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços, para futura e eventual aquisição de medicamentos e correlatos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e medicamentos injetáveis e correlatos a fim de serem distribuídos para a população do Município e também serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades ESF (Estratégia de Saúde da Família) e Unidades Especializadas do Município de Juazeiro – BA.

Lote	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade estimada	VI. Unit.	VI. Total
1	6500201129 - Acebrofilina 25mg/5ml, xarope, frasco 120ml, acompanhado de copo dosador (EMBALAGEM HOSPITALAR).	FRASC	PRATI DONADUZZI	800	3,56	2.848,00
5	6500201133 - Acetilcisteína 600mg, pó para solução oral, envelope de 5g	ENV	GEOLAB	1000	1,30	1.300,00
6	6500201134 - Aciclovir 200mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	COMP.	GEOLAB	35000	0,30	10.500,00
10	6500201137 - Aciclovir, creme dermatológico 5%, bisnaga com 10g.	BISN	PRATI DONADUZZI	2000	2,36	4.720,00
13	13308 - Ácido ascórbico (vitamina C) 100 MG/ML SOL INJ IV/IM - 5ml.	FA	FARMACE	10000	1,80	18.000,00
14	6500201140 - Ácido ascórbico (vitamina C) 200mg/ml Sabor Laranja Solução ORAL Gotas C/20ml	FRASC	AIRELA	1000	0,98	980,00
15	6500201141 - Ácido ascórbico (vitamina C) 500mg, comprimido de uso adulto, EMBALAGEM P/ fracionamento	CP	AIRELA	10000	0,13	1.300,00
17	6500201143 - Ácido Fólico 5 mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR) COTA	CP	NATULAB	100000	0,03	3.000,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

23	13317 - Albendazol 40 mg/ml suspensão oral frasco c/ 10mL (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	3000	1,14	3.420,00
24	13318 - Albendazol 400mg comprimido mastigável (EMBALAGEM FRACIONÁVEL HOSPITALAR)	CP	PRATI DONADUZZI	20000	0,29	5.800,00
27	6500201150 - Ambroxol 15 mg/5ml xarope pediátrico- Frasco c/ 120mL (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	FARMACE	5000	1,33	6.650,00
34	6500201154 - Amoxicilina cápsula 500 mg (EMBALAGEM HOSPITALAR) COTA	CAP	PRATI DONADUZZI	120000	0,16	19.200,00
46	13332 - Atenolol 25mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	PRATI DONADUZZI	320000	0,14	44.800,00
47	13333 - Atenolol 50mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	PRATI DONADUZZI	300000	0,07	21.000,00
54	13338 - Azitromicina 500mg comprimido revestido (EMBALAGEM HOSPITALAR) COTA	CP	PRATI DONADUZZI	72000	0,72	51.840,00
56	6500201160 - Azitromicina 600mg + 1 flaconete diluente com 15 mL + seringa dosadora (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	10000	5,58	55.800,00
57	13339 - Azitromicina 900mg + 1 flaconete diluente com 22,5mL + seringa dosadora (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	10000	7,87	78.700,00
73	10600600115 - Brometo de ipratrópio 0,25mg/ml, solução para inalação, gotas, frasco 20ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	6000	0,74	4.440,00
83	10600600124 - Butilbrometo de escopolamina 20mg/ml, solução injetável, 1ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMP	FARMACE	12000	1,78	21.360,00
85	10600600126 - Butilbrometo de escopolamina 4mg/ml + dipirona sódica 500mg/mg, solução injetável, 5ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR) COTA	AMP	FARMACE	16000	3,51	56.160,00
86	10600600127 - Butilbrometo de escopolamina 6,67 mg/ml + dipirona 333,4 mg/ml, solução oral, frasco 20ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	NATULAB	6000	4,76	28.560,00
99	10600600140 - Cefalexina pó para suspensão oral 250mg/50mL- Embalagens com frasco contendo 60ml de suspensão oral preparada + 1 copo de medidor (EMBALAGEM HOSPITALAR) COTA	FRASC	ABL	3000	12,89	38.670,00
101	10600600142 - Cefalotina 1g, pó para solução injetável, (EMBALAGEM HOSPITALAR). COTA	FA	ABL	4000	3,67	14.680,00
107	13286 - Ceftriaxona 1g, pó para solução injetável, intravenosa (I.V.) (EMBALAGEM HOSPITALAR). COTA	FA	BLAU	40000	4,67	186.800,00
108	10600600148 - Ceftriaxona sódica 1g, pó para solução injetável, intramuscular	FA	BLAU	2000	4,67	9.340,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

	(I.M.) + DILUENTE 3,5 ML - (EMBALAGEM HOSPITALAR)					
112	10600600152 - Cetoconazol 200mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	PRATI DONADUZZI	15000	0,21	3.150,00
114	10600600154 - Cetoprofeno 100mg/2ml (50mg/ml) (IM), solução injetável, 2ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMP	CRISTALIA	3000	1,40	4.200,00
116	10600600156 - Cetoprofeno 100mg/ml, pó liofilizado para solução injetável intravenosa (I.V.), (EMBALAGEM HOSPITALAR). COTA	FA	CRISTALIA	12000	2,92	35.040,00
132	10600600170 - Cloridrato de tiamina (vitamina B) 300mg comprimido em blíster de fácil separação (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	PRATI DONADUZZI	1000	0,05	50,00
135	10600600173 - COMPLEXO B - 9.532 + 1.049 + 3.039 + 12.5 MG/COMP REVESTIDO, comprimido em blíster de fácil fracionamento. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	AIRELA	10000	0,05	500,00
140	10600600176 - Dexametasona 0,1% (1mg/g), creme DERMATOLÓGICO - 10g (EMBALAGEM HOSPITALAR)	BISN	PRATI DONADUZZI	10000	1,60	16.000,00
144	13294 - Dexclorfeniramina, maleato 0,4mg/ml solução oral - Frasco com 100mL. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	25000	1,75	43.750,00
145	6500100002 - Diclofenaco de sódio 50mg comprimido de liberação retardada - (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	GEOLAB	50000	0,12	6.000,00
147	6500100124 - Diclofenaco sódico 75mg/3ml, solução injetável, 3ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMP	FARMACE	16000	1,10	17.600,00
148	6500100004 - Digoxina 0,25mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	PHARLAB	42000	0,09	3.780,00
156	6500100008 - Dipirona sódica 500 mg/ML, solução injetável-2ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMPOL	FARMACE	200000	1,78	356.000,00
157	13300 - Dipirona sódica 500mg/ml, solução injetável -2 ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMP	FARMACE	50000	1,90	95.000,00
167	6500100127 - Enoxaparina sódica 60mg/0,6ml, solução injetável (SC), seringa preenchida 0,6ml. (COTA).	SERIN	CRISTALIA	2000	33,99	67.980,00
170	13302 - Enoxaparina sódica 80mg/0,8ml, solução injetável (SC), seringa preenchida 0,8ml. (COTA).	SERIN	CRISTALIA	1000	32,89	32.890,00
171	6500100126 - Enoxaparina sódica 40mg/0,4ml, solução injetável (SC), seringa preenchida 0,4ml. (COTA).	SERIN	CRISTALIA	4000	18,39	73.560,00
180	6500100026 - Fitomenadiona 10mg/ml, solução injetável, 1 ml	AMPOL	CRISTALIA	20000	1,50	30.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

183	6500100130 - Fluconazol 2 mg/ml solução injetável, Sistema Fechado - 100 ml (EMBALAGEM HOSPITALAR). (COTA).	BO/FC	CRISTALIA	1000	23,52	23.520,00
185	6500100029 - Fosfato de Sódio Dibásico 0,06g/ml + Fosfato de Sódio Monobásico 0,16 g/ml, solução retal, 133ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	NATULAB	3000	4,74	14.220,00
188	6500100032 - Furosemida 40 mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	GEOLAB	450000	0,06	27.000,00
191	13266 - Glibenclamida 5mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	GEOLAB	1500000	0,03	45.000,00
196	6500100133 - Heparina sódica 5000ui, solução injetável (SC/IV), c/ 0,25mL. (EMBALAGEM HOSPITALAR). (COTA).	AMP	CRISTALIA	4000	8,83	35.320,00
198	6500100039 - Heparina sódica suína 5000 U.I / ml, solução injetável (SC/IV) - 5 ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FA	CRISTALIA	2000	16,56	33.120,00
203	6500100134 - Hidroclorotiazida 25 mg (EMBALAGEM HOSPITALAR). (COTA).	CP	PHARLAB	700000	0,03	21.000,00
210	6500100047 - Hidróxido de alumínio 60 mg/ml, suspensão oral, frasco 100ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	AIRELA	4000	2,44	9.760,00
212	6500100049 - Ibuprofeno 50mg/ml, suspensão oral (gotas), 30ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	NATULAB	25000	1,88	47.000,00
231	6500100063 - Lactulose 667mg/ml, solução oral, 120ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	AIRELA	5000	6,09	30.450,00
233	6500100065 - Levofloxacino 500mg, comprimido revestido	CP	PRATI	5000	0,66	3.300,00
234	6500100066 - Levofloxacino, solução injetável 5mg/mL, bolsa c/ 100mL (EMBALAGEM HOSPITALAR)	BO/FC	CRISTALIA	2000	18,22	36.440,00
245	6500100075 - Lidocaína (cloridrato) 20mg/g (2%), geléia, 30g.	BISN	PHARLAB	10000	2,74	27.400,00
246	6500100076 - Lidocaína 2%, com vasoconstritor, solução injetável, 20ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FA	CRISTALIA	1000	7,99	7.990,00
247	6500100077 - Lidocaína 2%, sem vasoconstritor, solução injetável, 20ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FA	CRISTALIA	4000	3,25	13.000,00
249	6500100078 - Loratadina- 1 mg/mL- xarope c/ 100mL (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	6000	4,50	27.000,00
250	6500100079 - Loratadina 10mg (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	VITAMEDIC	50000	0,12	6.000,00
252	13311 - Losartana potássica 50 mg (EMBALAGEM HOSPITALAR). COTA.	CP	GEOLAB	4800000	0,07	336.000,00
257	13312 - Meropenem, Pó liofilizado para solução injetável 500mg (EMBALAGEM HOSPITALAR). COTA	FA	ABL	8000	15,99	127.920,00
258	6500100085 - Metformina 850 mg (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	GEOLAB	720000	0,12	86.400,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

265	6500100090 - Metoclopramida 5mg/ml, solução injetável, 2ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMPOL	FARMACE	40000	0,72	28.800,00
270	6500100094 - Metoprolol (tartarato) 1mg/ml, solução injetável, 5ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMPOL	CRISTALIA	1000	16,60	16.600,00
276	6500100098 - Metronidazol 100mg/g, creme vaginal, com 10 aplicadores ginecológicos descartáveis, bisnaga 50g (EMBALAGEM HOSPITALAR)	BISN	PRATI DONADUZZI	5000	5,72	28.600,00
280	6500100101 - Metronidazol 5mg/ml, solução injetável, 100ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FA	FARMACE	10000	4,14	41.400,00
281	6500100102 - Miconazol - 20mg/g creme vaginal bisnaga com 80g + 14 aplicadores (EMBALAGEM HOSPITALAR)	BISN	PRATI DONADUZZI	4000	5,08	20.320,00
283	6500100103 - Miconazol (nitrato) 20mg/g (2%), creme dermatológico (tópico), bisnaga 28g (EMBALAGEM HOSPITALAR)	BISN	PRATI DONADUZZI	3000	2,37	7.110,00
284	6500100104 - Neomicina 5mg/g + bacitracina 250UI/g pomada, bisnaga 10g.	BISN	PRATI DONADUZZI	3000	2,17	6.510,00
288	6500100108 - Nistatina + Óxido de zinco Pomada para assadura (100.000U.I + 200mg) 60G (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	3000	6,99	20.970,00
289	6500100109 - Nistatina 100.000UI/ml, suspensão oral, 50ml	BISN	PRATI DONADUZZI	1000	3,38	3.380,00
290	6500100110 - Nistatina 25.000UI/g, creme vaginal, com 14 aplicadores ginecológicos descartáveis, bisnaga 60g (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CAP	PRATI DONADUZZI	4000	3,93	15.720,00
293	6500100113 - Nitroglicerina 5mg/ml, 10ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMPOL	CRISTALIA	1000	15,99	15.990,00
305	6500100121 - Omeprazol 20 mg, cápsula dura.	CAP	GEOLAB	300000	0,11	33.000,00
307	6500100122 - Omeprazol 40mg, pó liófilo para solução injetável 40mg + diluente 10ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FA	CRISTALIA	12000	13,98	167.760,00
316	10810800004 - Paracetamol 200mg/ml, solução oral (gotas), 15ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FR	AIRELA	18000	0,89	16.020,00
317	10810800005 - Paracetamol 500 mg (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	AIRELA	500000	0,13	65.000,00
338	10810800020 - Simeticona 75mg/mL- Suspensão oral gotas- Frasco c/ 15mL (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FR	AIRELA	25000	1,80	45.000,00
354	13275 - Sulfato ferroso 25mg/ml, solução oral, 30ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FR	AIRELA	2000	0,81	1.620,00
355	13276 - Sulfato ferroso 40 mg comprimido. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	AIRELA	680000	0,03	20.400,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

Valor Total Estimado Adjudicado, tomando por base os valores de referência unitário fixados no instrumento convocatório, Adjudicado e Homologado é de: **R\$ 2.987.408,00 (dois milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e oito reais).**

1.2. As quantidades apresentadas são estimativas de consumo, podendo variar para menos, de acordo com a demanda, observado o disposto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, não se obrigando o Município à aquisição total.

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie, facultando a utilização de outros meios para aquisição, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

1.4. Fazem parte integrante desta ata de registro de preços como se nela estivesse transcrito, as condições e exigências de contratação estabelecidas no **Anexo XIII - Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico nº 056/2022 e seus anexos.**

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos são fixos e equivalentes aos de mercado na data de apresentação da proposta, para pagamento em até 30 (trinta) dias subsequente APÓS O RECEBIMENTO DEFINITIVO, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pelo detentor, devidamente atestada pelo responsável pelo setor competente.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua publicação.

4. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

4.1. A Fiscalização desta Ata de Registro de Preços caberá à Secretaria Municipal de Saúde, sendo a mesma neste ato representada pelo **Sr. MAGADIEL DOS SANTOS, Matrícula: 39.410, inscrito no CPF nº 093.551.474-06, Função/Cargo SERVIDOR**, coordenando, controlando e avaliando a execução do mesmo no decorrer de todo o seu período de vigência.

4.2. A gestão da presente Ata de Registro de Preços poderá ser modificada conforme necessidades da Secretaria Requisitante.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

Assinado por 2 pessoas: SANDRA DOMINGUES ALMEIDA e FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/0DBC-24B8-DE4D-8E19>





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da ata de registro de preços, após a assinatura da ata.

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento será formalizada com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente pela detentora da ata; 5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na ata.

5.3 Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

5.4. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5. As quantidades não estimadas na presente ata poderão ser utilizadas até o limite estabelecido no item 5.3, além do total registrado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de no mínimo de 10 (dez) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03 – SESAU

Unidade Orçamentária: 0606

Projeto Atividade: 2045/ 2085/ 2086/ 2088/ 2117/ 2118/ 2118/ 2125/ 2139

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 /33.90.32.00

Fonte: 02 / 14

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.1.1. O pagamento poderá ser efetuado pela Administração do Município ou quaisquer órgãos da Administração Indireta que utilizarem o Registro de Preços, de acordo com as obrigações.

7.2 Os pagamentos serão realizados em moeda corrente nacional, a ser creditado em conta corrente da Detentora ou, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo para isso ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.3 Caso a DETENTORA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei nº. 9.317/96 e a sua sucessora, a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

7.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à DETENTORA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Município de Juazeiro/BA.

7.5 Todo e qualquer pagamento somente será efetuado após a comprovação de que o detentor da ata se encontra em dia com o INSS e FGTS, mediante apresentação das pertinentes CNDs.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

8. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 8.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar as entregas do objeto desta Ata.
- 8.2. Solicitar o objeto licitado através de Solicitação de Despesa e encaminhado para a empresa por e-mail ou entregue pessoalmente.
- 8.3. Receber o objeto licitado solicitado.
- 8.4. Controlar o recebimento do o objeto licitado solicitado.
- 8.5. Conferir e atestar as notas fiscais (fatura) encaminhando-as para Contabilidade para empenho.
- 8.6. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.
- 8.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição do objeto da avença em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.
- 8.8. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, desde que sejam observadas as condições contratuais.
- 8.9. Aplicar se necessário, as sanções, conforme previsto no contrato.

9. DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 9.1. A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais.
- 9.2. A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.
- 9.3. A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.
- 9.4. A DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração da presente ata de registro de preço.
- 9.5. Efetuar as entregas nos locais, horários e quantidades indicadas e solicitadas pelo MUNICÍPIO.
- 9.6. Todo e qualquer fornecimento de material fora do estabelecido nesta Ata, em desacordo com as especificações, será imediatamente notificado, que ficará obrigada a substituir prontamente os produtos, correndo por sua conta e risco tais substituições.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

- 10.1. Os medicamentos deverão ser entregues na Sede da Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF, localizada na Rodovia Lomanto Junior, nº 10, Bairro João XXIII, Juazeiro - BA, no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Saúde - SESAU.
- 10.2. Os medicamentos devem ser entregues em embalagem original do fabricante, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, bula e com número do registro emitido pela **ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE**.
- 10.3. Os medicamentos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, condições de conservação, etc.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

10.4. A Contratada deverá fazer a entrega do objeto, em perfeitas condições de uso, no local determinado, acompanhado das respectivas Notas Fiscais, em dias de expediente normal, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 14h00min, correndo por conta do fornecedor todas as despesas necessárias, tais como frete, seguros, etc.

10.4.1. Na nota fiscal deverá constar o número do (s) lote(s), a data de validade com seus respectivos quantitativos. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

10.5. Caso os itens entregues não atendam as condições descritas ou apresentem quaisquer vícios, serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE ao fornecedor para substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data de sua notificação formal por parte da Secretaria de Saúde, cabendo a CONTRATADA arcar com os custos da substituição.

10.6. No caso de medicamentos e correlatos interditados pela ANVISA, estes deverão ser substituídos imediatamente por outro lote, e em outros casos específicos, substituídos por outro material com a mesma finalidade e mediante análise dos técnicos da Secretaria;

10.7. Os medicamentos e correlatos que apresentarem recomendações preconizadas pelo fabricante sobre conservação em temperatura especial deverão ser transportados nessas condições.

10.8. A não observância do disposto nos subitens anteriores poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

10.9. Serão recusados os medicamentos (itens) que não atendam às especificações constantes neste processo de compra e/ou que não estejam adequados para uso.

10.10. O fornecedor ficará obrigado a trocar, imediatamente, sem ônus para o Município, os itens que vier a ser recusado.

10.11. Todas as despesas relativas à entrega dos produtos dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito aceita pela Administração, sujeitar-se-á as penalidades impostas pela legislação vigente.

10.12. Todos os itens licitados devem ser acompanhados de cartas de comprometimento, onde o vencedor do processo licitatório (item) se compromete a realizar troca dos itens avariados ou com qualidade questionável e com prazo de validade menor que seis (6) meses de validade.

10.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.15. Todos os custos relativos à entrega do objeto desta licitação será, de responsabilidade da DETENTORA.

10.16. Se a detentora com preço registrado em primeiro lugar não receber ou não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da convocação, a Administração convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, conforme artigo 4º Inciso XVI e o artigo 23º, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas às faltosas as penalidades descritas no item 11.

10.16.1. Será dado como retirada/recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via e-mail.

10.17. Os produtos objetos desta licitação deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal distintas, ou seja, de acordo com a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, constando o número da Ata de Registro, o número do Lote/Item - produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA DOMINGUES ALMEIDA e FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/0DBC-24B8-DE4D-8E19> e informe o código 0DBC-24B8-DE4D-8E19





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

11. DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) ou 20 (vinte) dias de atraso, calculada sobre o valor da parcela em atraso e/ou valor correspondente na Nota de Empenho, isentando em consequências o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na entrega será considerada a inexecução total do objeto.

11.2. Havendo atraso de pagamento, pagará o Município à detentora multa correspondente a 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) do valor da parcela em atraso.

11.3. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com a presente Ata, implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato.

11.4. A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com a presente Ata, implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

11.5. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

11.6. A aplicação de multa, a ser determinada pelo Município, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações.

11.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

12. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a)** “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b)** “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c)** “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d)** “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e)** “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

12.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

13. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

13.1.1. Pelo Município, quando:

- I – A detentora descumprir as condições de ata de registro de preços;
- II – A detentora não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III – A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato de fornecimento;
- IV – Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- V – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto a sua atualização;
- VI – Por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

13.1.2. Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

- I – Os preços registrados se apresentaram inferiores aos praticados no mercado, se não houver acordo quanto a sua atualização;
- II – Comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

13.2. Nas hipóteses previstas no subitem 13.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Município juntando-se a comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

13.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado na Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA, de segunda a sexta-feira, durante o horário de atendimento.

13.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

13.4. Cancelada a ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para que venha fornecer.

13.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo Município, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

13.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Jornal Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração afirmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal 8.666/1993, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2. O órgão participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto ao fornecedor detentor de preços registrados na Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência do documento supracitado.

14.3. O fornecedor detentor de preços registrados ficará obrigado a fornecer o objeto licitado ao participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos e locais a serem definidos no instrumento contratual.

14.4. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, na condição de órgão interessado, mediante consulta prévia ao Órgão Gestor do Registro de Preços e concordância do Contratado.

14.5. Os órgãos interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, o qual indicará o contratado e o preço a ser praticado, obedecida a ordem de classificação.

i As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem, ou seja, das adesões, não poderão exceder, por órgão ou entidade interessada a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens constantes no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preço para o órgão gerenciador e órgãos participantes na forma em que estabelece o Decreto Federal nº 7.892/2013, alterado pelo Decreto nº 9.488/2018.

ii O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preço não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão interessado deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

14.7. O detentor de preços registrados terá o seu registro cancelado quando:

14.7.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.7.2. Recusar-se a fornecer o objeto licitado ao participante do SRP (Sistema de Registro de Preços);

14.7.3 Não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

14.7.3. For declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública;

14.7.4. Ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou apedido do contratado.

A Comissão Permanente de Licitações – CPL, providenciará a publicação do extrato da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial do Município e através de meio eletrônico.

14.8. As demais condições a serem estabelecidas e pactuadas na ata se encontram estabelecidas no **ANEXO XIII – TERMO DE REFERÊNCIA.**

14.9. As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, mediante procedimento



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

administrativo, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

14.10. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante, devendo serem observados os limites previstos nos §§ 3º e 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e alterações posteriores.

14.11. As quantidades previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através da entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

14.12. A Ata vigorará por **12 (doze) meses**, a contar do ato homologatório do certame.

15. DA PUBLICIDADE

15.1 Os preços registrados na Ata serão publicados no Diário Oficial do Município.

16. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

16.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação a empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

16.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

16.2. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido a Prefeitura Municipal, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I – Planilha de composição do preço original da proposta, bem como do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa; (Planilha em anexo).

II – Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

16.3. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

16.3.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA DOMINGUES ALMEIDA e FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA DA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/0DBC-24B8-DE4D-8E19>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Fica eleito o foro da cidade de Juazeiro, Estado da Bahia para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Juazeiro/BA, 09 de NOVEMBRO de 2022

FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA DA COSTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

SANDRA DOMINGUES ALMEIDA
MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI- EPP
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0DBC-24B8-DE4D-8E19

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SANDRA DOMINGUES ALMEIDA (CPF 789.XXX.XXX-59) em 09/11/2022 14:30:19 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SERASA RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA DA COSTA (CPF 962.XXX.XXX-53) em 10/11/2022 20:33:23 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/0DBC-24B8-DE4D-8E19>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

CONTRATO Nº 575-2023

Contrato de aquisição de medicamentos e correlatos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e medicamentos injetáveis e correlatos a fim de serem distribuídos para a população do Município e também serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades ESF (Estratégia de Saúde da Família) e Unidades Especializadas do Município de Juazeiro – BA, que celebra o Município de Juazeiro/BA e a Empresa **MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI- EPP**.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRO/BA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Adolfo Viana, na cidade de JUAZEIRO, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob n.º **11.145.615/0001-22**, e-mail oficial: licitacao@juazeiro.ba.gov.br, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, Sr. **ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA**, brasileiro, de ora em diante simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI- EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com estabelecida Rua Osvaldo Hugo Sacramento, Salvador /BA nº , CEP 40330520, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **22.968.511/0001-34**, neste ato representado por **SANDRA DOMINGUES ALMEIDA** inscrito no CPF/MF sob o n. 789.807.807- 59 residente e domiciliado na cidade Salvador/BA , de ora em diante **CONTRATADA**, resolvem firmar instrumento contratual mediante as seguintes cláusulas.

As partes têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Administrativo nº 320/2022, Pregão eletrônico nº 056/2022 e Ata de Registro de Preço nº 126/2022, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – SUPORTE JURÍDICO

1.1. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, nos termos do *caput* do art. 54 da Lei Federal 8.666/1993 e ainda o seguinte:

- 1.1.1.** Lei Federal nº 4.320/1964 –Direito Financeiro Público;
- 1.1.2.** Lei Federal 8.137/1990 – Crimes de Ordem Tributária e econômica;
- 1.1.3.** Lei Federal nº 8.429/1992 – Improbidade Administrativa;
- 1.1.4.** Lei Federal nº. 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
- 1.1.5.** Lei Federal 9.430/1996 – Tributação Federal;
- 1.1.6.** Lei Complementar nº 101/2000 – Responsabilidade Fiscal;
- 1.1.7.** Lei federal nº 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

- 1.1.8. Lei Federal nº. 10.520/2002 – Regulamentação o Pregão;
- 1.1.9. Lei Complementar nº 123/2006 – Microempresas
- 1.1.10. Lei Federal nº 12.527/2011 –Transparência Pública;
- 1.1.11. Decreto Federal nº 10.024/2019 – Regulamenta Pregão Eletrônico;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto nos termos do inciso i do art. 55 da lei federal 8.666/1993, do presente instrumento a contratação de pessoa jurídica para futura e eventual aquisição de medicamentos e correlatos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e medicamentos injetáveis e correlatos a fim de serem distribuídos para a população do Município e também serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades ESF (Estratégia de Saúde da Família) e Unidades Especializadas do Município de Juazeiro – BA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. O objeto deste contrato deverá seguir a rigor as especificações técnicas descritas em sua proposta de preço, anexa a este contrato, de acordo com a solicitação da CONTRATANTE, de imediato, *in loco*, após solicitação oficial, a partir da assinatura do contrato e/ou emissão do empenho.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO

4.1. Os medicamentos deverão ser entregues na Sede da Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF, localizada na Rodovia Lomanto Junior, nº 10, Bairro João XXIII, Juazeiro - BA, no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Saúde - SESAU.

4.2. Os medicamentos devem ser entregues em embalagem original do fabricante, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, unidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, bula e com número do registro emitido pela ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE.

4.3. Os medicamentos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, condições de conservação, etc.

4.4. A Contratada deverá fazer a entrega do objeto, em perfeitas condições de uso, no local determinado, acompanhado das respectivas Notas Fiscais, em dias de expediente normal, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 14h00min, correndo por conta do fornecedor todas as despesas necessárias, tais como frete, seguros, etc.

4.4.1. Na nota fiscal deverá constar o número do (s) lote(s), a data de validade com seus respectivos quantitativos. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

4.5. Caso os itens entregues não atendam as condições descritas ou apresentem quaisquer vícios, serão imediatamente devolvidos pela CONTRATANTE ao fornecedor para substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data de sua notificação formal por parte da Secretaria de Saúde, cabendo a CONTRATADA arcar com os custos da substituição.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA DOMINGUES ALMEIDA e ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/2A9F-F8AE-441F-0E88> e informe o código 2A9F-F8AE-441F-0E88





MUNICÍPIO DE JUAZEIRO BAHIA

4.6. No caso
imediatamente
mesma finalidade

4.7. Os itens
sobre o

4.8. A não observância
momento da habilitação.

4.9. Serão recusados os medicamentos (itens) que não atendam às especificações constantes neste processo de compra e/ou que não estejam adequados para uso.

4.10. O fornecedor ficará obrigado a trocar, imediatamente, sem ônus para o Município, os itens que vier a ser recusado.

4.11. Todas as despesas relativas à entrega dos produtos dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito aceita pela Administração, sujeitar-se-á as penalidades impostas pela legislação vigente.

4.12. Todos os itens licitados devem ser acompanhados de cartas de comprometimento, onde o vencedor do processo licitatório (item) se compromete a realizar troca dos itens avariados ou com qualidade questionável e com prazo de validade menor que seis (6) meses de validade.

4.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.14. O objeto deverá ser entregue em local definido pela solicitante;

4.15. O recebimento deverá cumprir os critérios estabelecidos neste instrumento;

4.16. As correspondências entre administração pública deverão ocorrer por meio do e-mail licitacao@juazeiro.ba.gov.br, para o e-mail pedidos.publico@mossa.com.br

4.17. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA tomar medidas tecnológicas para que o e-mail da CONTRATANTE chegue à sua caixa entrada;

4.18. A licitante que mudar de e-mail deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE por meio de ofício;

4.19. O não cumprimento do prazo previsto na alínea anterior acarretará a CONTRATADA às penalidades previstas neste instrumento contratual;

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. Valor global para a prestação do objeto deste contrato é de R\$ 1.493.704,00 (Um milhão quatrocentos e noventa e três mil setecentos e quatro reais), Conforme Planilha abaixo:

Lote	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade estimada	VL. Unit.	VL. Total
1	6500201129 - Acebrofilina 25mg/5ml, xarope, frasco 120ml, acompanhado de copo dosador (EMBALAGEM HOSPITALAR).	FRASC	PRATI DONADUZZI	400	3,56	R\$ 1.424,00
5	6500201133 - Acetilcisteína 600mg, pó para solução oral, envelope de 5g	ENV	GEOLAB	500	1,30	R\$ 650,00
6	6500201134 - Aciclovir 200mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	COMP.	GEOLAB	17500	0,30	R\$ 5.250,00
10	6500201137 - Aciclovir, creme dermatológico 5%, bisnaga com 10g.	BISN	PRATI DONADUZZI	1000	2,36	R\$ 2.360,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

13	13308 - Ácido ascórbico (vitamina C) 100 MG/ML SOL INJ IV/IM - 5ml.	FA	FARMACE	5000	1,80	R\$ 9.000,00
14	6500201140 - Ácido ascórbico (vitamina C) 200mg/ml Sabor Laranja Solução ORAL Gotas C/20ml	FRASC	AIRELA	500	0,98	R\$ 490,00
15	6500201141 - Ácido ascórbico (vitamina C) 500mg, comprimido de uso adulto, EMBALAGEM P/ fracionamento	CP	AIRELA	5000	0,13	R\$ 650,00
17	6500201143 - Ácido Fólico 5 mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR) COTA	CP	NATULAB	50000	0,03	R\$ 1.500,00
23	13317 - Albendazol 40 mg/ml suspensão oral frasco c/ 10mL (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	1500	1,14	R\$ 1.710,00
24	13318 - Albendazol 400mg comprimido mastigável (EMBALAGEM FRACIONÁVEL HOSPITALAR)	CP	PRATI DONADUZZI	10000	0,29	R\$ 2.900,00
27	6500201150 - Ambroxol 15 mg/5ml xarope pediátrico-Frasco c/ 120mL (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	FARMACE	2500	1,33	R\$ 3.325,00
34	6500201154 - Amoxicilina cápsula 500 mg (EMBALAGEM HOSPITALAR) COTA	CAP	PRATI DONADUZZI	60000	0,16	R\$ 9.600,00
46	13332 - Atenolol 25mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	PRATI DONADUZZI	160000	0,14	R\$ 22.400,00
47	13333 - Atenolol 50mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	PRATI DONADUZZI	150000	0,07	R\$ 10.500,00
54	13338 - Azitromicina 500mg comprimido revestido (EMBALAGEM HOSPITALAR) COTA	CP	PRATI DONADUZZI	36000	0,72	R\$ 25.920,00
56	6500201160 - Azitromicina 600mg + 1 flaconete diluente com 15 mL + seringa dosadora (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	5000	5,58	R\$ 27.900,00
57	13339 - Azitromicina 900mg + 1 flaconete diluente com 22,5mL + seringa dosadora (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	5000	7,87	R\$ 39.350,00
73	10600600115 - Brometo de ipratrópio 0,25mg/ml, solução para inalação, gotas, frasco 20ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	3000	0,74	R\$ 2.220,00
83	10600600124 - Butilbrometo de escopolamina 20mg/ml, solução injetável, 1ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMP	FARMACE	6000	1,78	R\$ 10.680,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

85	10600600126 - Butilbrometo de escopolamina 4mg/ml + dipirona sódica 500mg/mg, solução injetável, 5ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR) COTA	AMP	FARMACE	8000	3,51	R\$ 28.080,00
86	10600600127 - Butilbrometo de escopolamina 6,67 mg/ml + dipirona 333,4 mg/ml, solução oral, frasco 20ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	NATULAB	3000	4,76	R\$ 14.280,00
99	10600600140 - Cefalexina pó para suspensão oral 250mg/50ml- Embalagens com frasco contendo 60ml de suspensão oral preparada + 1 copo de medidor (EMBALAGEM HOSPITALAR) COTA	FRASC	ABL	1500	12,89	R\$ 19.385,00
101	10600600142 - Cefalotina 1g, pó para solução injetável, (EMBALAGEM HOSPITALAR). COTA	FA	ABL	2000	3,67	R\$ 7.340,00
107	13286 - Ceftriaxona 1g, pó para solução injetável, intravenosa (I.V.) (EMBALAGEM HOSPITALAR). COTA	FA	BLAU	20000	4,67	R\$ 93.400,00
108	10600600148 - Ceftriaxona sódica 1g, pó para solução injetável, intramuscular (I.M.) + DILUENTE 3,5 ML - (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FA	BLAU	1000	4,67	R\$ 4.670,00
112	10600600152 - Cetoconazol 200mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	PRATI DONADUZZI	7500	0,21	R\$ 1.575,00
114	10600600154 - Cetoprofeno 100mg/2ml (50mg/ml) (IM), solução injetável, 2ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMP	CRISTALIA	1500	1,40	R\$ 2.100,00
116	10600600156 - Cetoprofeno 100mg/ml, pó liofilizado para solução injetável intravenosa (I.V.), (EMBALAGEM HOSPITALAR). COTA	FA	CRISTALIA	6000	2,92	R\$ 17.520,00
132	10600600170 - Cloridrato de tiamina (vitamina B) 300mg comprimido em blíster de fácil separação (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	PRATI DONADUZZI	500	0,05	R\$ 25,00
135	10600600173 - COMPLEXO B - 9.532 + 1.049 + 3.039 + 12.5 MG/COMP REVESTIDO, comprimido em blíster de fácil fracionamento. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	AIRELA	5000	0,05	R\$ 250,00
140	10600600176 - Dexametasona 0,1% (1mg/g), creme	BISN	PRATI DONADUZZI	5000	1,60	R\$ 8.000,00

Assinado por 2 pessoas: SANDRA DOMINGUES ALMEIDA e ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/2A9F-F8AE-441F-0E88>



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

	DERMATOLÓGICO - 10g (EMBALAGEM HOSPITALAR)					
144	13294 - Dexclorfeniramina, maleato 0,4mg/ml solução oral - Frasco com 100mL. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	12500	1,75	R\$ 21.875,00
145	6500100002 - Diclofenaco de sódio 50mg comprimido de liberação retardada - (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	GEOLAB	25000	0,12	R\$ 3.000,00
147	6500100124 - Diclofenaco sódico 75mg/3ml, solução injetável, 3ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMP	FARMACE	8000	1,10	R\$ 8.800,00
148	6500100004 - Digoxina 0,25mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	PHARLAB	21000	0,09	R\$ 1.890,00
156	6500100008 - Dipirona sódica 500 mg/ML, solução injetável- 2ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMPOL	FARMACE	100000	1,78	R\$ 178.000,00
157	13300 - Dipirona sódica 500mg/ml, solução injetável -2 ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMP	FARMACE	25000	1,90	R\$ 47.500,00
167	6500100127 - Enoxaparina sódica 60mg/0,6ml, solução injetável (SC), seringa preenchida 0,6ml. (COTA).	SERIN	CRISTALIA	1000	33,99	R\$ 33.990,00
170	13302 - Enoxaparina sódica 80mg/0,8ml, solução injetável (SC), seringa preenchida 0,8ml. (COTA).	SERIN	CRISTALIA	500	32,89	R\$ 16.445,00
171	6500100126 - Enoxaparina sódica 40mg/0,4ml, solução injetável (SC), seringa preenchida 0,4ml. (COTA).	SERIN	CRISTALIA	2000	18,39	R\$ 36.780,00
180	6500100026 - Fitomenadiona 10mg/ml, solução injetável, 1 ml	AMPOL	CRISTALIA	10000	1,50	R\$ 15.000,00
183	6500100130 - Fluconazol 2 mg/ml solução injetável, Sistema Fechado - 100 ml (EMBALAGEM HOSPITALAR). (COTA).	BO/FC	CRISTALIA	500	23,52	R\$ 11.760,00
185	6500100029 - Fosfato de Sódio Dibásico 0,06g/mL + Fosfato de Sódio Monobásico 0,16 g/ml, solução retal, 133ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	NATULAB	1500	4,74	R\$ 7.110,00
188	6500100032 - Furosemida 40 mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	GEOLAB	225000	0,06	R\$ 13.500,00
191	13266 - Glibenclamida 5mg comprimido (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	GEOLAB	750000	0,03	R\$ 22.500,00
196	6500100133 - Heparina sódica 5000ui, solução injetável (SC/IV), c/ 0,25mL. (EMBALAGEM HOSPITALAR). (COTA).	AMP	CRISTALIA	2000	8,83	R\$ 17.660,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

198	6500100039 - Heparina sódica suína 5000 U.I / ml, solução injetável (SC/IV) - 5 ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FA	CRISTALIA	1000	16,56	R\$ 16.560,00
203	6500100134 - Hidroclorotiazida 25 mg (EMBALAGEM HOSPITALAR). (COTA).	CP	PHARLAB	350000	0,03	R\$ 10.500,00
210	6500100047 - Hidróxido de alumínio 60 mg/ml, suspensão oral, frasco 100ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	AIRELA	2000	2,44	R\$ 4.880,00
212	6500100049 - Ibuprofeno 50mg/ml, suspensão oral (gotas), 30ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	NATULAB	12500	1,88	R\$ 23.500,00
231	6500100063 - Lactulose 667mg/ml, solução oral, 120ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	AIRELA	2500	6,09	R\$ 15.225,00
233	6500100065 - Levofloxacino 500mg, comprimido revestido	CP	PRATI	2500	0,66	R\$ 1.650,00
234	6500100066 - Levofloxacino, solução injetável 5mg/mL, bolsa c/ 100mL (EMBALAGEM HOSPITALAR)	BO/FC	CRISTALIA	1000	18,22	R\$ 18.220,00
245	6500100075 - Lidocaina (cloridrato) 20mg/g (2%), geléia, 30g.	BISN	PHARLAB	5000	2,74	R\$ 13.700,00
246	6500100076 - Lidocaina 2%, com vasoconstritor, solução injetável, 20ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FA	CRISTALIA	500	7,99	R\$ 3.995,00
247	6500100077 - Lidocaina 2%, sem vasoconstritor, solução injetável, 20ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FA	CRISTALIA	2000	3,25	R\$ 6.500,00
249	6500100078 - Loratadina- 1 mg/mL- xarope c/ 100mL (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	3000	4,50	R\$ 13.500,00
250	6500100079 - Loratadina 10mg (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	VITAMEDIC	25000	0,12	R\$ 3.000,00
252	13311 - Losartana potássica 50 mg (EMBALAGEM HOSPITALAR). COTA.	CP	GEOLAB	2400000	0,07	R\$ 168.000,00
257	13312 - Meropenem, Pó liofilizado para solução injetável 500mg (EMBALAGEM HOSPITALAR). COTA	FA	ABL	4000	15,99	R\$ 63.960,00
258	6500100085 - Metformina 850 mg (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	GEOLAB	360000	0,12	R\$ 43.200,00
265	6500100090 - Metoclopramida 5mg/ml, solução injetável, 2ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMPOL	FARMACE	20000	0,72	R\$ 14.400,00
270	6500100094 - Metoprolol (tartarato) 1mg/ml, solução injetável, 5ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMPOL	CRISTALIA	500	16,60	R\$ 8.300,00

Assinado por 2 pessoas: SANDRA DOMINGUES ALMEIDA e ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/2A9F-F8AE-441F-0E88>





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

276	6500100098 - Metronidazol 100mg/g, creme vaginal, com 10 aplicadores ginecológicos descartáveis, bisnaga 50g (EMBALAGEM HOSPITALAR)	BISN	PRATI DONADUZZI	2500	5,72	R\$ 14.300,00
280	6500100101 - Metronidazol 5mg/ml, solução injetável, 100ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FA	FARMACE	5000	4,14	R\$ 20.700,00
281	6500100102 - Miconazol - 20mg/g creme vaginal bisnaga com 80g + 14 aplicadores (EMBALAGEM HOSPITALAR)	BISN	PRATI DONADUZZI	2000	5,08	R\$ 10.160,00
283	6500100103 - Miconazol (nitrato) 20mg/g (2%), creme dermatológico (tópico), bisnaga 28g (EMBALAGEM HOSPITALAR)	BISN	PRATI DONADUZZI	1500	2,37	R\$ 3.555,00
284	6500100104 - Neomicina 5mg/g + bacitracina 250UI/g pomada, bisnaga 10g.	BISN	PRATI DONADUZZI	1500	2,17	R\$ 3.255,00
288	6500100108 - Nistatina + Óxido de zinco Pomada para assadura (100.000U.I + 200mg) 60G (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FRASC	PRATI DONADUZZI	1500	6,99	R\$ 10.485,00
289	6500100109 - Nistatina 100.000UI/ml, suspensão oral, 50ml	BISN	PRATI DONADUZZI	500	3,38	R\$ 1.690,00
290	6500100110 - Nistatina 25.000UI/g, creme vaginal, com 14 aplicadores ginecológicos descartáveis, bisnaga 60g (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CAP	PRATI DONADUZZI	2000	3,93	R\$ 7.860,00
293	6500100113 - Nitroglicerina 5mg/ml, 10ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMPOL	CRISTALIA	500	15,99	R\$ 7.995,00
305	6500100121 - Omeprazol 20 mg, cápsula dura.	CAP	GEOLAB	150000	0,11	R\$ 16.500,00
307	6500100122 - Omeprazol 40mg, pó líofilo para solução injetável 40mg + diluente 10ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FA	CRISTALIA	6000	13,98	R\$ 83.880,00
316	10810800004 - Paracetamol 200mg/ml, solução oral (gotas), 15ml (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FR	AIRELA	9000	0,89	R\$ 8.010,00
317	10810800005 - Paracetamol 500 mg (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	AIRELA	250000	0,13	R\$ 32.500,00
338	10810800020 - Simeticona 75mg/mL - Suspensão oral gotas - Frasco c/ 15mL (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FR	AIRELA	12500	1,80	R\$ 22.500,00
354	13275 - Sulfato ferroso 25mg/ml, solução oral, 30ml. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	FR	AIRELA	1000	0,81	R\$ 810,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

355	13276 - Sulfato ferroso 40 mg comprimido. (EMBALAGEM HOSPITALAR)	CP	AIRELA	340000	0,03	R\$ 10.200,00
-----	--	----	--------	--------	------	---------------

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O Contrato terá validade **de 12 (doze) meses**, contados da data da confecção deste instrumento grafado na última página, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 57, *caput* e inciso I, da Lei 8.666/93, salvo os casos previamente estabelecidos em lei, especialmente os ditames do art. 57, incisos I, II, IV e V da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser efetuado após a entrega efetiva dos equipamentos, através de transferência bancária em conta corrente da empresa contratada, em até 30 (trinta) dias subsequentes ao fornecimento, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato.

7.2. A apresentação da Nota Fiscal de fatura deverá estar em total conformidade com o presente instrumento contratual e sua proposta, e deverá ser acompanhada dos documentos previstos no art. 29 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, com vigência na data de protocolo na administração pública, e deverá especificar o valor do crédito por empenho e o valor da taxa de administração.

7.3. Apresentar relação de Documentos solicitação na Habilitação Jurídica, Fiscal e Técnica descrita no edital de licitação da qual decorre este instrumento contratual.

7.4. Apresentar cópia do presente Contrato somados aos seus aditivos quando houver.

7.5. Todos os pagamentos serão realizados na **C/C 981613.5, AG 2.957-2 BANCO DO BRASIL.**

7.6. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos, nos termos do art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº. 8.666/93, a contar da efetiva liquidação da despesa, nos termos do *caput* do art. 62 e art. 63 da Lei nº. 4.320/64.

7.7. Na hipótese da aplicação de multas, só será permitido a liquidação da Nota Fiscal e a efetuação do pagamento após comprovação de recolhimento aos cofres públicos das multas aplicadas.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

8.2 Quando o reajuste se referir aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado do objeto abrangidos, considerando-se:

- 8.1.1.** Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- 8.1.2.** As particularidades do contrato em vigência;
- 8.1.3.** A nova planilha com variação dos custos apresentados;
- 8.1.4.** Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes ou fornecedores, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

8.1.5. Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos ao aumento do preço, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

8.2. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

8.3. Os efeitos financeiros do reajuste ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

8.4. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser proferida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e do fornecimento dos comprovantes de variação dos custos.

8.5. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

CLÁUSULA NONA – DO ÍNDICE DE REAJUSTE DE PREÇO

1.1. O reajuste corresponderá ao preço estimado no edital e o preço ofertado, aplicado sobre o valor médio da época do reajuste;

1.2. O reajuste poderá ocorrer a pedido da CONTRATADA ou por iniciativa da CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA obrigada a realizar o reajuste até o percentual estabelecido pela Lei Federal 8.666/1993.

1.3. O reajuste poderá ter como base índices de preços oficiais, devendo a administração adotar o IGP-M (FGV) que deverá ser apresentado memorial de cálculo realizado por profissional registrado no Conselho Regional de Economia, ou no Conselho Regional de Contabilidade ou em Software desenvolvido pelo Banco Central do Brasil ou Receita Federal do Brasil para tais fins de cálculo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO APOSTILAMENTO

10.1. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, nos termos do art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.2. As apostilas deverão ser realizadas pela autoridade competente ou fiscal do contrato, sendo de sua inteira responsabilidade realizar as anotações no verso da primeira folha deste instrumento, no lado esquerdo, devendo conter de forma sucinta e clara: a alteração, data, local e assinatura do autor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO

11.1. Os recursos para cobertura das despesas, decorrentes da execução do objeto contratado, correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do Município:

Órgão: 03 – SESAUI

Unidade Orçamentária: 0606

Projeto Atividade: 2045/2085/2086/2088/2117/2118/2125/2139

Elemento de Despesa: 33.90.30.00 / 33.90.32.00

Fonte: 15001002/16000000

11.2. Nota de Empenho nº _____





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

11.3. As despesas do ano subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, a ser consignada à Lei Orçamentária do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

12.2. Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

12.3. Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

12.4. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

12.5. Recrutar, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos objetos, cabendo-lhe arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade com a CONTRATANTE, ficando vinculada, **se motivadamente for necessário**, por força de exigência dos Controles externo e/ou interno, apresentar ao Fiscal do Contrato comprovação do recolhimento do FGTS, INSS, referente à força de trabalho alocado nas atividades, objeto do Contrato, sob pena de não serem liberados os pagamentos das faturas apresentadas pela CONTRATADA.

12.6. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

12.7. Manter, para atendimento dos pedidos, prepostos durante todo o período de vigência do Contrato, sem ônus para a CONTRATANTE.

12.8. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.

12.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.10. Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento da fatura, pela CONTRATANTE.

12.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

12.12. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a esse processo licitatório e respectiva apólice de seguro, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;

Assinado por 2 pessoas: SANDRA DOMINGUES ALMEIDA e ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/2A9F-F8AE-441F-0E88> e informe o código 2A9F-F8AE-441F-0E88





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

12.13. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho de suas funções ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE.

12.14. Assumir todos os possíveis danos físicos e materiais causados a CONTRATANTE ou a terceiros, advindo de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução de suas funções;

12.15. É vedada à veiculação de publicidade acerca deste contrato, assim como a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução dos serviços prestados, sem o consentimento, por escrito, do Gestor do Contrato e/ou da CONTRATANTE;

12.16. Realizar os fornecimentos em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.

12.17. Acompanhar o controle dos contratos, se responsabilizando pelas entregas em quantidades maiores do que as estabelecidas no instrumento contratual sem a devida formulação legal, fora do estabelecido no contrato etc., em todos os casos, a prestação em excesso não cria ônus para a administração, não cabendo a CONTRATADA realizar qualquer cobrança.

12.18. Comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do objeto.

12.19. Comprovar a regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho, por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, relativo mês da prestação do serviço constante da fatura (Lei nº 4.923/65);

12.20. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

12.21. A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XIII, art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

12.22. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.23. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.24. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA DOMINGUES ALMEIDA e ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/2A9F-F8AE-441F-0E88> e informe o código 2A9F-F8AE-441F-0E88





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

- 13.2.** Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- 13.3.** Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- 13.4.** Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;
- 13.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.
- 13.6.** Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;
- 13.7.** Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
- 13.8.** Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.
- 13.9.** Realizar Auditoria por meio do Sistema de Controle Interno em todos os procedimentos realizados pela CONTRATADA, sempre que entender necessário;
- 13.10.** Requerer dos representantes técnicos da empresa, do administrador e demais profissionais informações pertinentes a execução do contrato, que deverá ser fornecida de imediato com carência máxima de 24 (vinte e quatro) horas;
- 13.11.** Atestar a prestação dos serviços, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo, e após atesto e visto do Sistema de Controle Interno.
- 13.12.** Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA.
- 13.13.** Efetuar o pagamento mensal devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- 13.14.** Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- 13.15.** Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- 13.16.** Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- 13.17.** Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento;
- 13.18.** Rescindir o presente instrumento "*unilateralmente*" ou "*bilateralmente*" por conveniência e oportunidade nos termos da legislação vigente;
- 13.19.** Suspender a execução do contrato a qualquer tempo que for detectado fraude no processo licitatório que decorreu este instrumento;
- 13.20.** Suspender, sem danos para a administração, a execução do contrato se a CONTRATADA se envolver em escândalos que mancham a sua reputação ética e moral, até conclusão de processo administrativo que deverá iniciar de ofício sob penas de responsabilidade para o gestor do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA

13.21. Rescindir unilateralmente o presente instrumento na hipótese das contas de o gestor serem reprovadas no Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia - TCM, em decorrências de erros, imperfícias e demais vícios que decorra de mau assessoramento, execução, inexecução, inércia, prevaricação por parte da CONTRATADA, desde que devidamente comprovada a culpa ou o dolo por meio de processo administrativo, sendo assegurado a contraditória e ampla defesa.

13.22. Abrir processo administrativo sempre que entender necessário para apuração de fatos que possam acarretar prejuízos para a administração, e constatado o dano ou a mera expectativa de dano, rescindir unilateralmente o presente instrumento, sendo assegurado o pagamento do serviço prestado, nos termos da legislação em vigor.

13.23. A Administração Pública não responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 da lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores especificamente designados, por Portaria, como Representantes da Administração, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

14.2. O Fiscal deste contrato será o **Sr. José Fernandes Ferreira Júnior CPF: 795.926.865-72 e ANA LÚCIA ALVES DA SILVA ARAÚJO, CPF: 638.723.585-53** lotado na Secretaria de Saúde, assumindo total responsabilidade pela execução do presente instrumento, ou profissional designado por meio de portaria ou decreto específica que deverá ser juntada posteriormente a este instrumento.

14.3. Compete ao Sistema de Controle Interno fiscalizar a execução do presente contrato, inclusive fiscalizar as ações ou omissões do fiscal do contrato definido na cláusula anterior, e informar a autoridade competente ou preposto qualificado como representante da contratante os atos praticados pelo fiscal, assim como responder solidariamente pelas ações, omissões ou inércia na fiscalização do presente instrumento, sendo plenamente proibido a fiscalização de contratos por amostragem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e arts. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93 ficarão impedidas de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo/Contrato e demais cominações legais, a CONTRATADA que:

- 15.1.1.** Apresentar documentação falsa;
- 15.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida no contrato;
- 15.1.5.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.6.** Fizer declaração falsa;
- 15.1.7.** Cometer fraude fiscal;
- 15.1.8.** Descumprimento das demais cláusulas;
- 15.1.9.** Contribuir por imperícia e negligência ou prevaricação;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

15.1.10. Perder prazos juntos aos órgãos fiscalizadores, inclusive o poder legislativo municipal e o Sistema de Controle Interno do Município;

15.1.11. Ou incorrer em quaisquer práticas contidas nos artigos 296 a 305, 397, 308, 311-A, 317 e 319 do Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940.

15.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa que deverá ser apresentado no prazo de 03 dias.

15.3. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, as seguintes aplicações:

15.3.1. Advertência:

15.3.1.1. São motivos para advertência: comportamento dos funcionários e colaboradores incompatível com as regras da sociedade, tais como uso de linguagem obscena, indelicada que exponha funcionários públicos ao ridículo e desonra.

15.3.2. Multa de:

15.3.2.1. 1,00 % (um por cento) ao dia sobre o valor total do pedido, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos até o limite de cinco dias corridos;

15.3.2.2. 3,00% (três por cento) ao dia sobre o valor total do pedido após o décimo dia de perda do prazo no atraso injustificado, até o limite de cinco dias;

15.3.2.3. 5,00% (cinco por cento) sobre o valor total do pedido para atrasos superior a 10 dias e suspensão imediata do contrato;

15.3.2.4. 10,00% (dez por cento) sobre o valor total do contrato para empresas que cometer atos públicos de racismo, discriminação por orientação sexual, religião, raça, cor, política e qualquer tipo de discriminação prevista em lei, incluindo apologia ao crime, a atos contra as instituições democráticas e apologia ao terrorismo e ao nazismo nos termos da Lei Federal 7.716/1989.

15.3.3. Suspensão:

15.3.3.1. A suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação

15.3.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação; e

15.3.3.3. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

15.3.4. Rescisão contratual:

15.3.4.1. Rescisão Unilateral do presente instrumento nos termos do art. 77 a 79, Inciso I, da Lei 8.666/93 se dará quando:

Assinado por 2 pessoas: SANDRA DOMINGUES ALMEIDA e ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/2A9F-F8AE-441F-0E88> e informe o código 2A9F-F8AE-441F-0E88





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

- 15.3.4.1.1.** Não houver cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 15.3.4.1.2.** Houver cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- 15.3.4.1.3.** Houver lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- 15.3.4.1.4.** Houver o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- 15.3.4.1.5.** Houver a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração
- 15.3.4.1.5.1.** Em todos os casos de comunicação, esta não terá efeitos quando houver deferimento do pedido pelo gestor do contrato;
- 15.3.4.1.6.** Houver a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- 15.3.4.1.7.** Houver o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores
- 15.3.4.1.8.** Houver o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- 15.3.4.1.9.** Houver a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 15.3.4.1.10.** Houver a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 15.3.4.1.11.** Houver a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- 15.3.4.1.12.** Houver razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- 15.3.4.1.13.** Houver a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- 15.3.4.1.14.** Houver processamento de nova licitação com as mesmas condições e obtenção de preços inferior ao fixando neste instrumento, mesmo estando o presente em vigência;
- 15.3.4.1.15.** Não prestação da caução prevista neste instrumento no prazo previsto;
- 15.3.4.1.16.** Praticar perjúrio por meio de seus sócios, contador responsável ou preposto, além das penalidades previstas no art. 342 do Código Penal Brasileiro.
- 15.4.** O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês.
- 15.5.** Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
- 15.6.** Após o regular processo administrativo, será: descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, ou protestado em cartório de protestos, SERASA e SPC.
- 15.7.** As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- 15.8.** No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

15.9. Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e da declaração de impedimento para licitar e contratar com o município, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.10. A Aplicação da penalidade de rescisão contratual ou suspensão repercutirá sobre todos os demais atos pertencentes ao mesmo contratante.

15.11. O Contrato será rescindido unilateralmente se a contratada ou qualquer de seus sócios forem condenados pelos crimes previstos no arts. 89 a 88 da Lei Federal 8.666/1993 ou lei que tenha a substituir os presentes crimes em especial a nova lei de licitações e contrato que tramita no Congresso Nacional; os crimes previstos na Lei Federal 8.137/990; os crimes definidos na Lei Federal 8.429/992 e demais crimes contra a ordem pública;

15.12. Havendo suspensão contratual, será dado aviso com antecedência mínimo de 05 dias e máximo de 08 dias corridos, nos termos do art. 599, § único do Código Civil - CC e art. 109, I 'e' e 'f' da Lei Federal 8.666/1993, no que for melhor conveniente para a administração em manifesta observância ao poder de império da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

16.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, mediante notificação via Diário Oficial quando fracassados outros meios.

16.2. Os casos de rescisão contratual comprovada as hipóteses previstas no art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/1993, serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

16.3. Na rescisão contratual deverá ser considerada a natureza e a gravidade da infração cometida e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

16.4. Havendo rescisão nos termos dos incisos I a VIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, a Administração fará execução imediata do valor da apólice ou caução;

16.5. Ao CONTRATANTE é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da mesma Lei.

16.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

16.6.1. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.6.2. Indenizações e multas;

16.6.3. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – NORMAS ANTICORRUPÇÃO

17.1. A CONTRATADA declara que conhece as várias leis e convenções aplicáveis no Brasil que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal nº 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei nº 9.613/98 e a Lei nº 12.846/2013, doravante denominadas, em conjunto, "Leis Anticorrupção". Em todas as atividades e atos relacionados à execução do presente Contrato, compromete-se a CONTRATADA a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus administradores, colaboradores e terceiros, rigorosamente, as Leis Anticorrupção.

17.2. A CONTRATADA declara ainda que conhece as disposições relacionadas com o combate à corrupção, seja ela pública ou privada, e compromete-se a cumprir fielmente as disposições, comprometendo-se ainda a denunciar à CONTRATANTE qualquer infração a essas disposições que venha a ser do seu conhecimento, na forma disciplinada na Lei Federal 8.429/1993;

17.3. Obriga-se a CONTRATADA, de forma irrevogável, a não prometer, oferecer, dar, patrocinar, incentivar, obrigar ou concordar, direta ou indiretamente, com subornos, fraudes, tráfico de influência, extorsão, vantagem indevida (seja em dinheiro, presentes, descontos, favores ou qualquer outra coisa de valor), a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, nem praticar quaisquer dos atos vedados pelas Leis Anticorrupção. Compromete-se, ainda, a adotar as melhores práticas de Governança com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus administradores, colaboradores, prepostos ou terceiros, de acordo o disposto no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 9.613/98 e suas respectivas modificações e regulamentações.

17.4. A CONTRATADA deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética e integridade durante todo o processo de contratação e execução deste Contrato. É dever da CONTRATADA treinar seus empregados e colaboradores em geral acerca de condutas éticas e do combate à corrupção.

17.5. A CONTRATADA declara que nos últimos 05 (cinco) anos não foi objeto de nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionado ao descumprimento das Leis Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro, e que suas atividades estão em conformidade com estas leis.

17.6. A CONTRATADA declara, ainda, que não há qualquer agente público ou pessoa a ele relacionada que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens em decorrência do presente Contrato.

17.7. Toda documentação de cobrança a ser emitida nos termos deste Contrato deverá estar acompanhada de fatura/nota fiscal detalhada, contendo discriminação dos serviços prestados, conforme o caso. A CONTRATADA obriga-se a manter livros, contas, registros e faturas fidedignos e consistentes com as operações a que correspondem. Considerando os propósitos na presente Cláusula, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de indícios de irregularidades ou de quaisquer práticas ilícitas, a CONTRATANTE, seja diretamente ou por meio de pessoas por ela formalmente indicadas a tal fim, possa inspecionar o local de execução do CONTRATO e auditar todos os documentos, contas e registros relacionados à contratação e à execução do objeto deste CONTRATO.

17.8. Qualquer violação, por parte da CONTRATADA, das Leis Anticorrupção ou da presente Cláusula (Leis Anticorrupção) - será considerada uma infração grave a este Contrato, e consistirá justa causa para sua rescisão motivada, conferindo à CONTRATANTE o direito de declarar rescindido imediatamente o presente Contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, ficando a CONTRATADA responsável pelas perdas e danos a que der causa, nos termos da lei aplicável.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA DOMINGUES ALMEIDA e ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/2A9F-F8AE-441F-0E88> e informe o código 2A9F-F8AE-441F-0E88





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

17.9. O presente Contrato poderá ser imediatamente rescindido pela CONTRATANTE, ainda, na hipótese de participação ou envolvimento comprovado da CONTRATADA, diretamente ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas e/ou obstrutivas (conforme Diretrizes e definições do Banco Mundial), ou em lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (conforme Lei nº 9.613/98), seja na execução do presente Contrato ou em quaisquer outros Contratos em que figurar como CONTRATADA, seja com entes públicos ou privados.

17.10. A CONTRATADA notificará prontamente, por escrito, a CONTRATANTE a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas Leis Anticorrupção ou às disposições desta Cláusula – Leis Anticorrupção – ou de qualquer suspeita de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista na Lei Federal 8.429/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

18.1. É vedado à CONTRATADA:

- 18.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 18.1.2.** Interromper a prestação dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;
- 18.1.3.** Veicular a execução ou inexecução do contrato a propaganda ou anúncios de qualquer espécie ou pretexto a partidos políticos ou seus integrantes, mídia e afins, sendo permitido somente para todos os fins de discordância contratual ou inadimplência o devido processo legal – administrativamente ou via judicial;
- 18.1.4.** Na existência de processo judicial fica a CONTRATADA proibida de expor a terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE ou do magistrado os motivos do litígio, os acordos firmados, os prejuízos acumulados e qualquer outra informação, pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da conclusão do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à espécie, e em sua inércia a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre a temática ou a Jurisprudência do *Prof. Marçal Justen Filho*, nos termos do inciso XII, art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICIDADE

20.1. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/1993 ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ASSINATURA

21.1 A assinatura do presente, constitui concordância com todas as suas cláusulas, renunciando





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
ESTADO DA BAHIA**

qualquer outra por mais privilegiada que se configure.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. As empresas enquadradas no inciso V do § 2º e no inciso II do § 5º do art. 3º desta Lei deverão cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, nos termos do *caput* do art. 66-A da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

21.1. Fica este instrumento vinculado ao edital de licitação e à proposta final acostada nos autos do processo, nos termos do inciso XI, do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993;

21.2. Nos termos § 2º do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/1993, fica designado o foro da Sede da Contratante para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 da citada lei, renunciando expressamente a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

Juazeiro/BA, 11 de outubro de 2023.

ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

SANDRA DOMINGUES ALMEIDA
MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI- EPP
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. 
2. 

CPF: 067.908.055-40
CPF: 987.335.055-20



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2A9F-F8AE-441F-0E88

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SANDRA DOMINGUES ALMEIDA (CPF 789.XXX.XXX-59) em 11/10/2023 09:40:10 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)



ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA (CPF 008.XXX.XXX-71) em 17/10/2023 16:31:10
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/2A9F-F8AE-441F-0E88>



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20235515252

RAZÃO SOCIAL	
MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FAI	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
126.318.559	22.968.511/0001-34

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 02/10/2023, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
CNPJ: 22.968.511/0001-34

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 07:55:05 do dia 14/09/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/03/2024.

Código de controle da certidão: **3C8F.AC34.7ED2.824B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CPF	Atividade
-----	-----------



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 22.968.511/0001-34
Razão Social: MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTO
Endereço: RUA OSWALDO HUGO SACRAMENTO 113 / IAPI / SALVADOR / BA / 40330-520

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/10/2023 a 08/11/2023

Certificação Número: 2023101020095337764140

Informação obtida em 11/10/2023 09:14:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Prefeitura Municipal do Salvador - PMS

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ
Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Razão Social: MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
CNPJ: 22.968.511/0001-34
Endereço: RUA OSWALDO HUGO SACRAMENTO Nº 113 - IAPI, SALVADOR/BA - CEP: 40330520 - SALA 001

Número da Certidão: 381122

É certificado que não constam pendências em nome do sujeito passivo acima identificado, incluindo matriz e filiais localizadas no Município.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral do estabelecimento matriz e suas filiais ou imóvel(is) em que esteja(m) na condição de contribuinte.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas do sujeito passivo que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 09:00:19 horas do dia 02/10/2023.
Válida até dia 31/12/2023.

Código de controle da certidão: **B8EF.AC84.7002.7397.E651.F041.56E4.51EA**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRO**

Rua 15 de Julho, 32

Centro

JUAZEIRO - BA

CNPJ: 11.145.615/0001-22

NOTA DE EMPENHO

Proc. Adm:	Empenho: 2674	Exerc.: 2023	Tipo: ESTIMATIVA	Crédito: Orçamentário e Suplementar		
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			DADOS COMPLEMENTARES			
Unidade: 0606001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE Função: 10 - SAÚDE Sub-Função: 301 - Atenção Básica Programa: 005 - SAÚDE HUMANIZADA, REQUALIFICADA, ÁGIL E RESOLUTA. Ação: 2086 - MANUTENCAO DAS ACOES DA ATENCAO BASICA Elemento: 3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo Fonte 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			Modalidade: 056-2022FE - Pregão Eletrônico para Registro de Preço Contrato: 575-2023 - 2023 Convênio: Cat. da Despesa: 33901004 - MEDICAMENTOS Incorporação: Desp. de Pessoal: Obs:			
Saldo Anterior	Valor do Empenho	Saldo Atual				
57.171,93	100,00	57.071,93				
CREADOR						
R.Social/Nome: 37415 - MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI C.N.P.J/CPF: 22.968.511/0001-34 I.M.: Banco:			Endereço: Bairro: Cidade/UF: JUAZEIRO / BA Conta:			
R.G.: I.E.: Agência:						
HISTÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA						
Registro de preços, para futura e eventual aquisição de medicamentos e correlatos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e medicamentos injetáveis e correlatos a fim de serem distribuídos para a população do Município e também serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades ESF (Estratégia de Saúde da Família) e Unidades Especializadas do Município de Juazeiro-BA, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.						
Itens do Empenho						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Único	Valor Total
Data do Empenho: 30/10/2023						
Valor: 100,00 (Cem Reais)						
AUTORIZO O EMPENHO DA DESPESA SUPRA MENCIONADA EM: 30/10/2023			DECLARO QUE A IMPORTÂNCIA SUPRA FOI DEDUZIDA DO CRÉDITO PRÓPRIO EM: 30/10/2023			

Empenho: 2674

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRO**

Rua 15 de Julho, 32
Centro
JUAZEIRO - BA
CNPJ: 11.145.615/0001-22

NOTA DE EMPENHO

Proc. Adm:	Empenho: 2675	Exerc.: 2023	Tipo: ESTIMATIVA	Crédito: Orçamentário e Suplementar		
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			DADOS COMPLEMENTARES			
Unidade: 0606001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Função: 10 - SAÚDE Sub-Função: 303 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO Programa: 005 - SAÚDE HUMANIZADA, REQUALIFICADA, ÁGIL E RESOLUTA. Ação: 2085 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA Elemento: 3.3.9.0.32.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita Fonte 15001002 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde			Modalidade: 056-2022FE - Pregão Eletrônico para Registro de Preço Contrato: 575-2023 - 2023 Convênio: Cat. da Despesa: 33903201 - MEDICAMENTOS DISTRIBUIÇÃO GRATUITA Incorporação: Desp. de Pessoal: Obs:			
Saldo Anterior 679.027,30	Valor do Empenho 100,00	Saldo Atual 678.927,30				
CREDOR						
R.Social/Nome: 37415 - MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI C.N.P.J/CPF: 22.968.511/0001-34 R.G.: Bairro: I.M.: I.E.: Cidade/UF: JUAZEIRO / BA Banco: Agência: Conta:						
HISTÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA						
Registro de preços, para futura e eventual aquisição de medicamentos e correlatos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e medicamentos injetáveis e correlatos a fim de serem distribuídos para a população do Município e também serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades ESF (Estratégia de Saúde da Família) e Unidades Especializadas do Município de Juazeiro-BA, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.						
Itens do Empenho						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Único	Valor Total
Data do Empenho: 30/10/2023						
Valor: 100,00 (Cem Reais)						
AUTORIZO O EMPENHO DA DESPESA SUPRA MENCIONADA EM: 30/10/2023			DECLARO QUE A IMPORTÂNCIA SUPRA FOI DEDUZIDA DO CRÉDITO PRÓPRIO EM:30/10/2023			

Empenho: 2675

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRO**

Rua 15 de Julho, 32
Centro
JUAZEIRO - BA
CNPJ: 11.145.615/0001-22

NOTA DE EMPENHO

Proc. Adm:	Empenho: 2676	Exerc.: 2023	Tipo: ESTIMATIVA	Crédito: Orçamentário e Suplementar		
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			DADOS COMPLEMENTARES			
Unidade: 0606001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Função: 10 - SAÚDE Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL Programa: 005 - SAÚDE HUMANIZADA, REQUALIFICADA, ÁGIL E RESOLUTA. Ação: 2117 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL DE JUAZEIRO Elemento: 3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo Fonte 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			Modalidade: 056-2022FE - Pregão Eletrônico para Registro de Preço Contrato: 575-2023 - 2023 Convênio: Cat. da Despesa: 33903004 - MEDICAMENTOS Incorporação: Desp. do Pessoal: Obs:			
Saldo Anterior 298.437,03	Valor do Empenho 100,00	Saldo Atual 298.337,03				
CREDOR						
R.Social/Nome: 37415 - MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI C.N.P.J/CPF: 22.968.511/0001-34 R.G.: I.M.: I.E.: Banco: Agência:						
Endereço: Bairro: Cidade/UF: JUAZEIRO / BA Conta:						
HISTÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA						
Registro de preços, para futura e eventual aquisição de medicamentos e correlatos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e medicamentos injetáveis e correlatos a fim de serem distribuídos para a população do Município e também serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades ESF (Estratégia de Saúde da Família) e Unidades Especializadas do Município de Juazeiro-BA, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.						
Itens do Empenho						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Único	Valor Total
Data do Empenho: 30/10/2023						
Valor: 100,00 (Cem Reais)						
AUTORIZO O EMPENHO DA DESPESA SUPRA MENCIONADA EM: 30/10/2023			DECLARO QUE A IMPORTÂNCIA SUPRA FOI DEDUZIDA DO CRÉDITO PRÓPRIO EM:30/10/2023			

Empenho: 2676

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRO**

Rua 15 de Julho, 32

Centro

JUAZEIRO - BA

CNPJ: 11.145.615/0001-22

NOTA DE EMPENHO

Proc. Adm:	Empenho: 2677	Exerc.: 2023	Tipo: ESTIMATIVA	Crédito: Orçamentário e Suplementar			
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			DADOS COMPLEMENTARES				
Unidade: 0606001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Função: 10 - SAÚDE Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL Programa: 005 - SAÚDE HUMANIZADA, REQUALIFICADA, ÁGIL E RESOLUTA. Ação: 2118 - MANUTENCAO DO SAMU Elemento: 3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo Fonte 15001002 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde			Modalidade: 056-2022PE - Pregão Eletrônico para Registro de Preço Contrato: 575-2023 - 2023 Convênio: Cat. da Despesa: 33903004 - MEDICAMENTOS Incorporação: Desp. de Pessoal: Obs:				
Saldo Anterior 336.248,48	Valor do Empenho 100,00	Saldo Atual 336.148,48					
CREDOR							
R.Social/Nome: 37415 - MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI C.N.P./CPF: 22.968.511/0001-34 I.M.: Banco:						Endereço: Bairro: Cidade/UF: JUAZEIRO / BA Conta:	
HISTÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA							
Registro de preços, para futura e eventual aquisição de medicamentos e correlatos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e medicamentos injetáveis e correlatos a fim de serem distribuídos para a população do Município e também serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades ESF (Estratégia de Saúde da Família) e Unidades Especializadas do Município de Juazeiro-BA, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.							
Itens do Empenho							
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Único	Valor Total	
Data do Empenho: 30/10/2023							
Valor: 100,00 (Cem Reais)							
AUTORIZO O EMPENHO DA DESPESA SUPRA MENCIONADA EM: 30/10/2023 _____			DECLARO QUE A IMPORTÂNCIA SUPRA FOI DEDUZIDA DO CRÉDITO PRÓPRIO EM:30/10/2023 _____				

Empenho: 2677

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRO**

Rua 15 de Julho, 32
Centro
JUAZEIRO - BA
CNPJ: 11.145.615/0001-22

NOTA DE EMPENHO

Proc. Adm:	Empenho: 2678	Exerc.: 2023	Tipo: ESTIMATIVA		Crédito: Orçamentário e Suplementar	
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			DADOS COMPLEMENTARES			
Unidade: 0606001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Função: 10 - SAÚDE Sub-Função: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL Programa: 005 - SAÚDE HUMANIZADA, REQUALIFICADA, ÁGIL E RESOLUTA. Ação: 2125 - MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA Elemento: 3.3.9.0.30.00.00 - Material de Consumo Fonte 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			Modalidade: 056-2022FE - Pregão Eletrônico para Registro de Preço Contrato: 575-2023 - 2023 Convênio: Cat. da Despesa: 33903004 - MEDICAMENTOS Incorporação: Desp. de Pessoal: Obs:			
Saldo Anterior 141.145,70		Valor do Empenho 100,00	Saldo Atual 141.045,70			
CREDOR						
R.Social/Nome: 37415 - MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI C.N.P.J/CPF: 22.968.511/0001-34 I.M.: Banco:						
R.G.: I.E.: Agência:						
Bairro: Cidade/UF: JUAZEIRO / BA Conta:						
HISTÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA						
Registro de preços, para futura e eventual aquisição de medicamentos e correlatos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e medicamentos injetáveis e correlatos a fim de serem distribuídos para a população do Município e também serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades ESF (Estratégia de Saúde da Família) e Unidades Especializadas do Município de Juazeiro-BA, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.						
Itens do Empenho						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Único	Valor Total
Data do Empenho: 30/10/2023						
Valor: 100,00 (Cem Reais)						
AUTORIZO O EMPENHO DA DESPESA SUPRA MENCIONADA EM: 30/10/2023 _____			DECLARO QUE A IMPORTÂNCIA SUPRA FOI DEDUZIDA DO CRÉDITO PRÓPRIO EM:30/10/2023 _____			

Empenho: 2678



EXTRATO DE CONTRATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO
Diretoria de Licitações e Contratos

EXTRATO DE CONTRATO

PE Nº 056-2022

PA Nº 320-2022

CONTRATO Nº 575-2023 – OBJETO: Aquisição de medicamentos e correlatos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e medicamentos injetáveis e correlatos a fim de serem distribuídos para a população do Município e também serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades ESF (Estratégia de Saúde da Família) e Unidades Especializadas do Município de Juazeiro – BA.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Inscrito no CNPJ: 11.145.615/0001-22

Contratada: MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI- EPP Inscrito no CNPJ: 22.968.511/0001-34

Valor global: R\$ R\$ 1.493.704,00 (Um milhão quatrocentos e noventa e três mil setecentos e quatro reais)

Data de Assinatura: 11/10/2023

Vigência: 12 MESES

Assinam:

Pelo Município: ALLAN JONES DE CARVALHO OLIVEIRA COSTA – Secretário Municipal de Saúde

Pela contratada: SANDRA DOMINGUES ALMEIDA - Representante Legal

PE Nº 062-2023

PA Nº 266-2023

CONTRATO Nº 592-2023 – OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços relativos a transporte terrestre escolar, objetivando atender as necessidades dos alunos e professores que integram a Rede Pública de Ensino (estadual e municipal), do município de Juazeiro/BA.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Inscrito no CNPJ: 4.353.945/0001-25

Contratada: MIRANDA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA-ME Inscrito no CNPJ: 13.168.223/0001-04

Valor global: R\$ 2.026,238,19 (dois milhões, vinte e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e dezenove centavos)

Data de Assinatura: 26/10/2023

Vigência: 12 MESES

Assinam:

Pelo Município: WANK REMY DE SENA MEDRADO – Secretário Municipal de Educação e Juventude

Pela contratada: RAMON DE JESUS MIRANDA - Representante Legal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 22.968.511/0001-34

Certidão nº: 53056757/2023

Expedição: 02/10/2023, às 09:10:06

Validade: 30/03/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MCS ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **22.968.511/0001-34**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Proc. Administrativo 1- 15.407/2023

De: Letícia N. - CGM - REP

Para: CGM-NTSE - Núcleo de Transparência, SIGA e TCM

Data: 31/10/2023 às 10:38:39

Setores (CC):

CGM-NTSE, SESAU-SADM-DC-GC

—

Letícia Almeida Do Nascimento

Tcm